

AMPLIANDO POSSIBILIDADES: O PAPEL DO CEMAEE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Mauricio Henriques Santana¹
Zuleika Luiza M. Zanuzzio²
Cristiane Aguiar Camacho³
Gisele Cassia Bastos S Costa⁴
Dayse Teixeira Bastos⁵
Thatyana Machado Silva⁶

RESUMO:

Este artigo descreve a criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – (CEMAEE) na cidade de Rio das Ostras – RJ, como uma resposta às necessidades de estudantes com deficiência. O CEMAEE tem atuação na intervenção precoce, com alunos que requerem suporte intensificado, alunos com altas habilidade e superdotação e alunos durante a transição para a vida adulta e inserção no mercado de trabalho. O estudo destaca a importância de políticas educacionais que promovam a inclusão, assegurando materiais didáticos adequados, tecnologias assistivas e suportes pedagógicos. O CEMAEE, visa ofertar o Atendimento Educacional Especializado alinhado com a política de Educação Especial, visando garantir a inclusão e a permanência desses estudantes no ambiente escolar. Esse estudo, trata-se de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e utiliza o relato de experiência para analisar a eficácia da proposta de atendimento do CEMAEE. O estudo revela que a instituição desempenha um papel essencial na promoção da inclusão educacional, no desenvolvimento de habilidades e no apoio às necessidades específicas dos alunos público-alvo. Por meio de um ambiente inclusivo, o CEMAEE promove o aprendizado e o desenvolvimento integral desses alunos, tendo por base o desenho universal na aprendi. Além disso, o artigo discute a importância de políticas educacionais elaboradas e implementadas com foco na garantia de direitos, equidade e promoção da diversidade. Enfatiza-se a necessidade de um compromisso contínuo com a formação de profissionais capacitados para atuar nesse contexto, assegurando que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e eficazes. A partir dessa perspectiva, o CEMAEE se destaca ao promover a equidade educacional e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Conclui-se que a implementação de políticas públicas eficazes é crucial para a consolidação de um sistema educacional que respeite e valorize a diversidade, garantindo a todos os alunos a oportunidade de desenvolverem seu pleno potencial.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Centro Educacional Especializado, Atendimento Educacional Especializado (AEE)

¹ Especialista em Gestão de Projetos – UNIVERSO, mauriciohs06@gmail.com;

² Especialista em Psicomotricidade – UNIMEP, zuleikazanuzzioarquitetura@gmail.com;

³ Especialista em Educação Especial Inclusiva -FCASC cristianecamacho74@gmail.com;

⁴ Doutoranda em Educação - UERJ, gisele.edu@gmail.com;

⁵ Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar – FAFIMA daysetbastos@hotmail.com;

⁶ Professor orientador: Prof.^a Dr^a. Thatyana Machado Silva - Professora Adjunta do Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada (DEIC) - UERJ, thatyana.ms@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial/Inclusiva no município de Rio das Ostras teve seu início formal, conforme os dados do Censo Escolar e do sistema próprio da Prefeitura, no ano 2000, com a introdução do serviço de professores itinerantes. Esse modelo consistia em um grupo de educadores que ofereciam apoio a alunos que apresentavam não apenas deficiências, mas também dificuldades acentuadas de aprendizagem. Naquele período, a quantidade de alunos com deficiências matriculados no ensino regular ainda era pequena, uma vez que a cultura da inclusão não havia se consolidado de forma significativa no Brasil. Assim, os professores itinerantes se dedicavam a atender alunos com dificuldades de aprendizagem, oferecendo suporte individualizado ou em pequenos grupos.

Esses professores eram alocados em escolas que possuíam alunos com tais necessidades, e atuavam diretamente com eles, utilizando estratégias e recursos para facilitar o processo de aprendizagem. Em 2007, influenciado pelas discussões educacionais vigentes e pelas leis federais da época, o município desenvolveu uma proposta de educação inclusiva, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), do MEC. Essa proposta culminou na criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), motivada pelo objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, que já se faziam mais presentes nas salas de aula do ensino comum da rede municipal. Vale lembrar que o Conselho Nacional de Educação havia estabelecido, em setembro de 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, reforçando esse movimento de inclusão.

Lembramos que o Conselho Nacional de Educação Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em setembro de 2001, onde expressa:

Art. 21. A implementação das presentes Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica será obrigatória a partir de 2002, sendo facultativa no período de transição compreendido entre a publicação desta Resolução e o dia 31 de dezembro de 2001.

No ano em questão, deu-se início o trabalho com as SRM na rede municipal de educação, inaugurando duas salas para a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ainda naquele ano, o MEC publicou a Portaria nº 13, a fim de orientar e incentivar os municípios a implantarem as SRM, bem como realizarem a aquisição de equipamentos e mobiliários específicos para essas salas.

Desde então o município de Rio das Ostras vem acompanhando a demanda das legislações que se sucederam no campo das políticas públicas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, tendo atualmente, 1456 alunos com deficiências, incluídos nas salas de ensino comum.

Desses, a maioria já estão devidamente matriculados nas SRMs de suas escolas ou em escola próxima, a qual denominamos de polo. Neste cenário, surge no ano de 2022, o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Padre João Machado Evangelho – CEMAEE, partindo da indicação legal sobre orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado do MEC (SEESP, 2010).

Tendo como objetivo principal ampliar o processo de Educação Inclusiva e acompanhar o desenvolvimento global de alunos com deficiência ao oferecer o Atendimento Educacional Especializado, bem como dispor dos recursos pedagógicos e tecnológicos necessários no processo de aprendizagem, a fim de complementar ou suplementar a formação dos estudantes e garantir-lhes o direito a uma educação de qualidade e a uma vida independente. Contávamos em 2022 com 31 salas de recursos multifuncionais e com 56 professores especialistas concursados, hoje esse número saltou para 61 profissionais e 36 SRM.

Considerando a necessidade de ofertar estratégias diferenciadas para que alunos com autismo severo e com deficiência múltipla consigam permanecer e participar das atividades do ambiente escolar e da turma de ensino comum e tendo em conta que a frequência de estímulos adequados colabora com a diminuição ou eliminação das dificuldades apresentadas por tais alunos, fez-se necessária a criação de um espaço próprio para que eles sejam estimulados como um todo, visando o seu desenvolvimento acadêmico, linguístico, motor, social e laboral.

O diferencial do trabalho desenvolvido neste espaço, está nas múltiplas possibilidades de uma proposta multidisciplinar. Sendo ampliada a oferta do AEE, por meio de projetos que contemplam a atenção precoce dos alunos da creche (0 – 3 anos), que apresentem atrasos no desenvolvimento devido a alguma deficiência; atividades específicas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais e do sistema Braille, visando atender aos alunos com deficiência auditiva e deficiência visual; a suplementação da aprendizagem dos alunos com altas habilidades/superdotação, por meio de atividades que desafiem e estimulem a aprendizagem; a oferta do Plano Individual de Transição (PIT) para os alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, a fim de proporcionar a aprendizagem de estratégias que favoreçam a independência desses alunos, bem como uma possível inserção no mercado de trabalho por meio de parceria com empresas locais.

O CEMAEE também realiza um serviço dedicado ao atendimento das famílias dos alunos matriculados. Através de propostas variadas e grupos de troca de experiências entre os familiares, acreditamos que esse espaço proporciona o acolhimento e apoio mútuo entre a equipe profissional do Centro e as famílias. Essa iniciativa representa um passo importante para o cuidado e acompanhamento dos responsáveis pelos alunos que frequentam o CEMAEE.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama sobre a criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CEMAEE). O CEMAEE representa um avanço na ampliação da oferta de atendimento educacional especializado no município de Rio das Ostras, RJ.

Neste relato, abordamos como ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no CEMAEE para os alunos da rede municipal, bem como as estratégias desenvolvidas para atender crianças que necessitam de maior suporte, como os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e outras deficiências específicas, como as sensoriais – surdez e cegueira. Além disso, apresentamos a proposta pioneira do município para a identificação de alunos com Altas Habilidades/Superdotação, garantindo a construção de um processo de aprendizagem que amplie as possibilidades de atendimento.

Mazzotta (1996, p.65) nos recorda que:

(...) reconhecer a importância da participação dos portadores de deficiência no planejamento e na execução dos serviços e recursos a eles destinados é, sem dúvida, um imperativo de uma sociedade que pretende ser democrática.

Assim, refletimos o quanto se faz relevante a divulgação de práticas que marquem o acolhimento das necessidades e peculiaridades dos educandos a que se destinam.

Conveniada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o CEMAEE foi criado sob a orientação do Ministério da Educação (MEC) por meio da Nota Técnica nº 09/2010-MEC/SEESP/GAB, visando atender aos alunos público-alvo da educação especial, matriculados regularmente no ensino comum desta rede municipal de ensino. De acordo com a demanda de espaço físico, o CEMAEE prestará atendimento às 49 escolas pertencentes à rede municipal de ensino com oferta de vagas distribuídas em atendimentos individuais e em grupo.

2.1 DIAGNÓSTICO PARA ESCOLHA DO LOCAL

Em face do exposto, apontamos a necessidade da aquisição de um imóvel que pudesse ofertar as seguintes atividades: cozinha experimental e cultivo de horta (com fins pedagógicos), estimulação precoce para bebês, orientação e mobilidade, estímulo da linguagem (por meio do uso da Comunicação Alternativa e Ampliada – CAA), dramatização, artes plásticas, atividades aquáticas e educação física adaptada, tecnologia assistiva e informática acessível, aula de LIBRAS (BRASIL, 2004), aula de Braille e acolhimento aos familiares.

Outras questões que foram importantes para a escolha do imóvel foram especificidades quanto ao dimensionamento, segurança; operacionalidade; adaptabilidade; conforto térmico, acústico e

lumínico; imóvel de fácil manutenção, adequação a acessibilidade atendendo as disposições previstas na NBR 9050, uma localização favorecendo a logística dos usuários, dentre outros parâmetros de desempenho e usabilidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E POLÍTICA

O CEMAEE está fundamentado em importantes marcos legais, políticos e pedagógicos que orientam os sistemas de ensino na implementação de ambientes educacionais inclusivos, sendo eles: Lei nº 9.394/96, que estabelece de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelece diretrizes gerais da educação especial; Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do atendimento educacional especializado – AEE; Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências; Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na educação básica; Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE; Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Tais documentos apontam que:

- É dever do poder público assegurar acesso a um sistema educacional inclusivo para as pessoas com deficiência que perpassa por todos os níveis de ensino;
- Cabe aos sistemas de ensino garantir que os alunos público-alvo da educação especial – alunos com deficiência, transtornos do espectro autista alunos e altas habilidades/superdotação – tenham acesso ao ensino regular;
- Os sistemas de ensino devem ofertar o Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação;
- O Atendimento Educacional Especializado não substitui a escolarização dos alunos que fazem parte do público-alvo da educação especial (grifo nosso), sendo essa uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;
- O Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer no turno inverso da escolarização (grifo nosso);
- Considera-se como atendimento Educacional Especializado o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestado

de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público-alvo da educação especial que estejam matriculados no ensino regular.

De acordo com a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº9/2010, os centros de AEE têm as seguintes funções:

- A oferta do Atendimento Educacional Especializado -AEE- de forma não substitutiva à escolarização (grifo nosso) dos alunos público-alvo da educação especial, no contra turno do ensino regular (grifo nosso);
- A organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos;
- A interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos.

Lembramos ainda o que nos indica a Lei Brasileira de Inclusão no artigo 27 (Brasil, 2015):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

4. DESENVOLVIMENTO

O acesso à educação é um direito humano fundamental e, portanto, as políticas educacionais devem ser orientadas para promover a inclusão e eliminar barreiras. Isso implica a implementação de medidas que garantam o acesso físico, como pensar em ambiente acessível, para tal é preciso pensar na eliminação das barreiras arquitetônicas, mas também o acesso a materiais didáticos adequados, a tecnologias assistivas e suportes pedagógicos necessários para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Além do acesso, é essencial considerar as interfaces na educação inclusiva. As mesmas podem ser entendidas como as formas pelas quais os alunos interagem com os conteúdos, materiais e recursos educacionais. Isso inclui interfaces digitais, como aplicativos, softwares e plataformas online, mas também físicas, como livros, jogos e materiais manipulativos. Devem ser projetadas levando em conta

a diversidade de estudantes e suas necessidades, oferecendo alternativas e recursos que poderiam a participação e a aprendizagem de todos.

A acessibilidade é um elemento central na promoção da educação inclusiva. Ela engloba ações que visam eliminar ou minimizar as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que impedem a plena participação dos estudantes. Isso pode incluir a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como braile, áudio, legendas e Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a adoção de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade e a participação ativa dos alunos.

Para que essas políticas educacionais, acessibilidade e interfaces sejam efetivas, é necessário o envolvimento de diferentes atores, como gestores escolares, professores, famílias e comunidade. Além disso, é preciso promover a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores, capacitando-os para trabalhar de forma inclusiva e utilizando as tecnologias e recursos disponíveis.

Como meio de garantir a adequação do currículo e do espaço escolar para todos, o CEMAAE tem a organização de suas atividades pedagógicas pautadas nas propostas do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e no Currículo Funcional Natural. Assim como conta com profissionais especializados/em especialização em cada área de atuação, fornecendo maiores possibilidades nas intervenções propostas.

A proposta do DUA consiste na elaboração de estratégias que promovam a inclusão de todos, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, produtos e soluções educacionais, objetivando a eliminação das barreiras que impedem a aprendizagem (CAST UDL, 2006). Neste sentido, nosso plano de ação do atendimento educacional especializado busca as necessidades básicas dos alunos pautadas no DUA, nas diferentes redes – afetivas, reconhecimento e estratégias – para a partir de nossa interlocução com o ensino regular atingirmos uma proposta educacional inclusiva, visando para além do acesso também a permanência.

Ter um currículo baseado nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem significa realizar adequações não apenas na determinação dos conteúdos referentes a cada etapa escolar, mas também “nos objetivos, nos meios de avaliação, nos métodos docentes e nos materiais” (Meyer, Rose e Gordon, 2014, p.2).

Visando possibilitar a aprendizagem de todos os alunos, o DUA foi estruturado com base em três princípios fundamentais:

- 1) Fornecer múltiplos meios de Engajamento para o aluno, de modo que ele se envolva com o processo educativo e encontre o porquê de aprender;

2) Fornecer múltiplos meios de Representação do Conteúdo, de modo que o professor busque diversificadas formas de apresentar os conceitos para a grande variabilidade de alunos existentes, fazendo com que cada um compreenda o que deve aprender durante o processo educativo;

3) Fornecer múltiplos meios de Ação e Expressão do aluno, permitindo que cada estudante demonstre de diferentes maneiras aquilo que entendeu em relação aos enunciados feitos pelo professor e consiga perceber como se dá o processo educativo.

Os princípios apresentados anteriormente foram organizados em três Redes de Ensino. Cada rede de ensino é dividida em três diretrizes e cada diretriz possui algumas categorias que orientam como deve ser realizado o trabalho. É com base nessa organização que o CEMAEE respaldará suas propostas pedagógicas ao pensar nas relações interpessoais, no planejamento das atividades, no conteúdo a ser abordado com cada aluno, nos materiais adequados, na valorização das diferentes formas de expressão do saber, nas estratégias de ensino e na formação continuada de seus profissionais.

Seguindo, portanto, os princípios orientadores do DUA, as atividades realizadas no CEMAEE serão baseadas nas seguintes redes de ensino:

REDE AFETIVA: Refere-se ao modo como os alunos se mantêm engajados e motivados com o ensino. De acordo com essa rede, o professor deve proporcionar opções para:

– Recrutar o interesse (apresentar um objetivo comum, mas de diferentes formas, visando ao engajamento de cada aluno em particular). Para isso, o profissional deverá:

- Otimizar a autonomia e a escolha pessoal;
- Otimizar a relevância, o valor pessoal e a autenticidade;
- Minimizar medos e distrações.

– Persistência e esforço (desenvolver o sustento e a atenção do esforço). Para isso, o profissional deverá:

- Destacar a importância das metas e dos objetivos;
- Variar as exigências e os recursos para ser eficaz perante os desafios;
- Promover a colaboração e a comunicação;
- Aumentar a retroação (feedback) fornecido aos alunos.

– Autorregulação (ajudar a implementar a autorregulação intrínseca). Para isso, o profissional deverá:

- Promover expectativas e crenças que otimizem a motivação;

- Facilitar o uso de estratégias e competências para a superação de dificuldades;
- Desenvolver a autoavaliação e reflexão.

REDE DE CONHECIMENTO: Refere-se ao modo como a informação será apresentada aos alunos e alunas. De acordo com essa rede, o professor deve proporcionar opções para:

– Percepção (apresentar a mesma informação de diferentes maneiras). Para isso, o profissional deverá:

- Disponibilizar meios de personalizar a apresentação da informação;
- Oferecer alternativas à informação auditiva;
- Facilitar alternativas à informação visual.

– Linguagem, expressões matemáticas e símbolos (apresentar meios alternativos que permitam uma maior clareza e compreensão). Para isso, o profissional deverá:

- Clarificar o vocabulário e símbolos;
- Esclarecer a sintaxe e a estrutura;
- Apoiar a decodificação de textos, notação matemática e símbolos;
- Exemplificar com elementos de multimídia.

– Compreensão (ajudar a desenvolver formas de transformar a informação em conhecimento útil). Para isso, o profissional deverá:

- Ativar ou proporcionar conhecimentos básicos;
- Destacar padrões, pontos críticos, ideias principais e conexões;
- Guiar o processamento da informação;
- Potencializar competências como generalização e transferência.

REDE ESTRATÉGICA: Refere-se ao modo como os alunos demonstram os conhecimentos e as competências. De acordo com essa rede, o professor deve proporcionar opções para:

– Atividades físicas (apresentar os mesmos objetivos, com diferentes opções estratégicas, motoras e organizacionais). Para isso, o profissional deverá:

- Diversificar os métodos de resposta e de navegação;
- Otimizar o acesso às ferramentas e tecnologias de apoio.

– Expressão e comunicação (proporcionar diferentes formas de expressar os conhecimentos).

Para isso, o profissional deverá:

- Utilizar vários meios para comunicar;
- Utilizar várias ferramentas de construção e composição;
- Construir fluências com níveis de dificuldade crescente para o apoio da prática e do desempenho.

– Função Executiva (ajudar o desenvolvimento deliberado do domínio de estratégias para a aprendizagem). Para isso, o profissional deverá:

1. Orientar o estabelecimento de metas apropriadas;
2. Apoiar a planificação e o desenvolvimento de estratégias;
3. Facilitar a gestão da informação e dos recursos;
4. Melhorar a capacidade de regular o progresso.

A outra base da estruturação pedagógica do CEMAEE será a criação de um currículo fundamentado no Currículo Funcional. Onde tal atuação se refere diretamente ao AEE ofertado no espaço. Segundo Suplino:

O termo funcional refere-se à maneira como os objetivos educacionais são escolhidos para o aluno, enfatizando-se que aquilo que ele vai aprender tenha utilidade para sua vida no momento atual ou a médio prazo. O termo natural diz respeito aos procedimentos de ensino utilizados, colocando-se em relevo fazer o ambiente de ensino e os procedimentos os mais semelhantes possíveis ao que pode ocorrer no cotidiano (SUPLINO, p. 13, 2005)

4.1. GESTÃO

Quanto ao funcionamento do CEMAEE se faz necessário cargos relacionados à gestão pedagógica e administrativa do espaço. Sendo assim, contamos com os seguintes profissionais: diretor-geral, coordenação pedagógica, supervisora de ensino. A escolha dos integrantes do cargo diretivo foi feita mediante orientação da SEMEDE – Secretaria Municipal de Educação, com profissionais do quadro efetivo da rede, ligados a Educação Especial.

4.1.2 Corpo docente e sua respectiva formação:

Os professores vinculados ao CEMAEE exercem a função docente no AEE, que ocorrerá sob a forma das diferentes atividades e propostas pedagógicas ofertadas. Para tal atuação é exigido que

tal profissional seja concursado como Professor II/Educação Especial, na prefeitura municipal de Rio das Ostras. Além do perfil formativo pensado para atuação no espaço a que se destina.

4.1.3. – Competência do professor no desenvolvimento do AEE e na interface com os professores do ensino comum:

Os professores lotados no CEMAEE fazem a interface entre o AEE ocorrido nesse espaço e a escola de origem dos alunos (escola na qual os alunos encontram-se matriculados para receber o ensino comum). Para tal, a carga horária desse profissional é organizada de modo a realizar os atendimentos diretos aos alunos, bem como o planejamento de atividades, confecção de material, reuniões pedagógicas, formação interna e visita às escolas.

4.1.4 – Profissionais não docentes:

O CEMAEE conta com uma equipe de profissionais que atendem às seguintes áreas: técnico-administrativa; auxílio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção (auxiliar de cuidados escolares); auxílio nas atividades pedagógicas (auxiliar educacional); tradutor intérprete de LIBRAS; auxiliar de serviços gerais, profissional para segurança local; porteiro; profissionais de nutrição e alimentação, equipe multiprofissional (composta por psicólogo, psicomotricista, professor de educação física, assistente social, fonoaudiólogo e psicopedagogo), dentre outras áreas, conforme a necessidade da demanda do espaço.

4.2. - MATRÍCULAS NO AEE POR FAIXA ETÁRIA E POR ETAPA OU MODALIDADE DO ENSINO REGULAR

Para matricular-se no CEMAEE, o aluno candidato a uma vaga precisa estar matriculado em uma escola da rede pública municipal de Rio das Ostras. Os profissionais que atuam nas escolas (professor regente das salas de ensino comum, professores das SRM, professor-orientador e diretor) identificam, por meio de relatórios avaliativos e descritivos, quais alunos de cada unidade escolar apresentam um perfil que se encaixe nos critérios de ingresso ao CEMAEE. Após o envio de tal documento, os profissionais da equipe multiprofissional realizam uma triagem pautada em inventários que avaliem a necessidade do nível de suporte dos alunos indicados e, após tal procedimento, caso se enquadrem nos critérios estabelecidos como público-alvo do atendimento no CEMAEE, os alunos podem realizar a matrícula no referido espaço. Nas situações de alunos que não apresentem casos severos no comportamento, funcionalidade e aprendizagem, os mesmos são encaminhados para o recebimento do AEE nas escolas de origem.

Vale ressaltar que a matrícula no CEMAEE se caracteriza enquanto matrícula em Sala de Recursos Multifuncionais, não sendo possível que o aluno esteja matriculado em dois espaços, ou seja, na sala de recursos da escola e ao mesmo tempo no CEMAEE. Sendo possível, mesmo após avaliação pela equipe multidisciplinar, o responsável pelo aluno optar pelo atendimento no espaço que for mais adequado a sua realidade.

Definem-se como público-alvo, para recebimento do AEE no CEMAEE, os alunos que apresentem maior necessidade de suporte em relação ao desenvolvimento, às atividades funcionais, à aprendizagem, ao comportamento, à socialização e à comunicação.

Os alunos com deficiências matriculadas nas creches da rede municipal de ensino têm direito à matrícula imediata no CEMAEE para que eles recebam o AEE sob a forma de estimulação precoce. Alunos que apresentem laudo de cegueira, surdez, altas habilidades/superdotação também tem direito à matrícula direta no CEMAEE.

4.3 ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.3.1 – Organização do atendimento educacional especializado no CEMAEE – Articulação com a escola comum:

Os atendimentos realizados no CEMAEE ocorrem de modo individual ou em pequenos grupos, conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos.

A periodicidade, bem como a carga horária e as atividades/propostas pedagógicas realizadas pelos alunos ocorrem de acordo com as metas individuais estabelecidas no Plano de AEE, que são definidas com base na necessidade de aquisição de habilidades sociais, cognitivas, comunicativas e comportamentais.

Os profissionais que atuam no CEMAEE devem entrar em contato constantemente com a escola de origem do aluno para orientar a elaboração de um plano educacional individualizado (PEI) que possibilite o acesso, permanência, participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Para que tais orientações ocorram de maneira funcional, os profissionais do AEE e/ou a equipe multiprofissional que atuam no Centro realizam visitas periódicas às escolas da rede municipal de ensino, a fim de acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos alunos.

4.3.2 – Atividades ofertadas pelo CEMAEE

As atividades realizadas no CEMAEE ocorrem em forma de diferentes propostas pedagógicas. Os alunos matriculados no espaço participarão das atividades conforme avaliação da equipe multiprofissional e professores do AEE, de acordo com as necessidades individuais que eles apresentem. Corroborando com a Lei Brasileira de Inclusão que indica que “a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial” (BRASIL, 2015).

As seguintes atividades são ofertadas:

- **Atenção Precoce**: ofertada a todos os alunos com deficiência, com idade entre seis meses e três anos, matriculados nas creches municipais, independente do grau de severidade que apresentem.

Objetivo: Estimula precocemente os bebês matriculados nas creches, de modo que eles consigam desenvolver habilidades relacionadas ao desenvolvimento do indivíduo, buscando favorecer a autonomia.

- **Laboratório de Aprendizagem 1**: ofertado aos alunos com deficiências matriculadas nas turmas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental previamente avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula.

Objetivo: Trabalhar as habilidades acadêmicas apresentadas nas salas de aula de ensino comum, de acordo com as necessidades e especificidades de cada aluno. Os conteúdos abordados serão pautados no RECRO e na BNCC, em conjunto e parceria com o trabalho do professor regente da escola de origem dos alunos.

- **Laboratório de Aprendizagem 2**: ofertada aos alunos com deficiência matriculados nas turmas de anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos que foram avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula.

Objetivo: Trabalha as habilidades acadêmicas apresentadas nas salas de aula de ensino comum, de acordo com as necessidades e especificidades de cada aluno. Os conteúdos abordados serão pautados no RECRO e na BNCC, em conjunto e parceria com o trabalho do professor regente da escola de origem dos alunos.

- **Cozinha Experimental e Horta:** ofertada aos alunos com deficiência previamente avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula. As atividades serão propostas de forma lúdica, proporcionando o desenvolvimento de comportamentos positivos em relação à alimentação, por meio de experiências sensoriais e elaboração de receitas. O intuito é promover a familiarização dos alunos com alimentos crus, cozidos, inteiros ou picados, de modo que eles tenham a oportunidade de manuseá-los e experimentar diversos cheiros, texturas, cores e sabores.

Objetivo: Estimula hábitos saudáveis de alimentação; estimular a leitura de instruções e rótulos; estimular a ampliação do vocabulário; estimular o raciocínio matemático, por meio da contagem de ingredientes, conhecimento de medidas, contagem de tempo e temperatura, entre outros aspectos; desenvolvimento da coordenação motora; desenvolvimento da consciência acerca dos riscos no preparo de alimentos; conhecimento relacionado às propriedades nutritivas dos alimentos; estimular a memória, paciência e concentração; estímulo da autonomia.

- **Sala de Psicomotricidade - Espaço de Corpo, Som e Movimento:** ofertada aos alunos com deficiência previamente avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula. Esse é o espaço em que o corpo, o som e o movimento serão os propulsores das atividades. Por meio de brincadeiras, danças, sons, luzes, objetos, vivências, interpretações etc., a consciência do corpo de cada aluno será estimulada. A atividade aborda diversas possibilidades de trabalho com o corpo, despertando a imaginação e a criação espontânea, gerando autonomia. Salienta-se que tal atividade é oferecida com a interlocução do trabalho da equipe multidisciplinar, pela profissional de psicomotricidade.

Objetivo: Promove experiências práticas relacionadas à integração do corpo, som e movimento; valorizar a contribuição individual; estimular a criatividade e a criação colaborativa.

- **Sala de linguagem**: ofertada aos alunos que apresentem necessidades complexas na comunicação. A comunicação é a principal via de interação dos seres humanos e ela se dá não apenas por meio da fala, mas também por gestos, sinais, sons e pictogramas, ou seja, ela pode ocorrer de forma multimodal. Diante disso, a proposta ocorre de modo a estimular a comunicação dos alunos que apresentam necessidades complexas na comunicação, ofertando um sistema robusto de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), a fim de possibilitar a expressão de pensamentos, opiniões, desejos e escolhas dos alunos que possuem dificuldade no processo de aquisição da linguagem oral ou que apresentam um processo confuso na estruturação da fala.

Objetivo: Estimula os alunos que apresentem necessidades complexas na comunicação, utilizando a CAA para expressar pensamentos, opiniões e desejos, favorecendo a autonomia e a interação com seus pares.

- **Sala maker**: ofertada para os alunos com deficiência que foram avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo prioritariamente ofertada àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é proposto em sala de aula. Neste espaço, os alunos são estimulados a desenvolver a criatividade, bem como são instigados a descobrir e desenvolver habilidades e competências ligadas ao uso da informática e das novas tecnologias. Durante as atividades os alunos realizam experimentos que estimulam a curiosidade de saber o modo de funcionamento das coisas, o que fará com que eles conheçam a importância da persistência para enfrentar os desafios que aparecem na realização dos projetos. Um trabalho inaugural na rede que vem sendo ofertado a partir da Sala Maker é a identificação dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, garantindo o direito da mesma.

Objetivo: insere a tecnologia no cotidiano dos alunos, instigando a criatividade, a capacidade de raciocínio lógico e a concentração.

- **Sala de Libras**: ofertada aos alunos com deficiência auditiva matriculados na rede municipal e seus responsáveis, visando ao aumento das possibilidades comunicativas do aluno junto aos seus pares.

Objetivo: oferta aulas de LIBRAS para alunos com deficiência auditiva e seus familiares.

- **Sala de Braille:** ofertada aos alunos com deficiência visuais matriculadas na rede municipal e seus responsáveis, visando ao aprendizado da escrita e leitura no sistema Braille.

Objetivo: ofertar aulas de Braille para alunos com deficiência visual e seus familiares.

- **Orientação e Mobilidade:** ofertada a todos os alunos com deficiência visual matriculados na rede municipal de ensino, independente do grau de severidade que apresentem. Durante a atividade proposta, os alunos com deficiência visual trabalharão, na prática, o conceito de orientação, que é o “processo de utilizar os sentidos remanescentes para estabelecer a própria posição e o relacionamento com outros objetos significativos no meio ambiente” (WEISHALN, 1990) e o conceito de mobilidade, que é a “habilidade de locomover-se com segurança, eficiência e conforto no meio ambiente, através da utilização dos sentidos remanescentes” (WEISHALN, 1990).

Objetivo: Auxilia o aluno com deficiência visual (cegueira e baixa visão) a conhecer e se organizar no espaço que o cerca, dando ferramentas para que ele consiga se deslocar com propriedade e autonomia por meio de um conjunto de técnicas apropriadas e específicas.

- **Plano Individual de Transição (PIT):** ofertado aos alunos que estão matriculados na educação de jovens e adultos (EJA) e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula. Visando ao desenvolvimento de uma autonomia que ultrapasse o ambiente escolar e prepare para as necessidades e dificuldades do dia a dia, o PIT será elaborado de modo a preparar a transição desses alunos entre a finalização da escolaridade no Ensino Fundamental e aquilo que virá pela frente. O objetivo é desenvolver habilidades que proporcione a eles uma vida independente. Alguns alunos, de acordo com suas características e interesses, poderão receber orientação para a inserção no mercado de trabalho e para isso objetiva-se buscar parcerias com empresas locais que possibilitem a oferta de trabalho para eles.

Objetivo: criar um plano de transição entre a finalização da escolaridade no Ensino Fundamental e próxima etapa que virá na vida dos alunos, de modo que eles alcancem uma vida independente e autônoma.

Casa da vida independente: ofertada aos alunos com deficiência previamente avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades

funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula. A proposta aborda tarefas referentes ao desempenho ocupacional e prático que o indivíduo realiza diariamente. As atividades realizadas não têm o propósito apenas de autocuidado, como vestir-se, alimentar-se, arrumar-se, tomar banho etc., mas englobam também as habilidades da vida prática que vão desde usar um telefone, anotar um recado, manipular diversos utensílios, até o desenvolvimento de habilidades sociais por meio do convívio com o outro.

Objetivo: Proporciona aos alunos condições de desenvolver hábitos que lhes permitam participar ativamente do ambiente em que vivem.

- **Atividades aquáticas:** ofertada aos alunos previamente avaliados pela equipe multiprofissional e que apresentem necessidades complexas no desenvolvimento e atividades funcionais, na aprendizagem, no comportamento e na comunicação, sendo extensiva àqueles que apresentem altas habilidades/superdotação, a fim de receberem atendimento suplementar ao que é ofertado na sala de aula.

Objetivo: realizar atividades aquáticas pertinentes ao desenvolvimento global dos alunos.

- **Ponto de Encanto:** proposta direcionada aos familiares dos alunos matriculados no CEMAEE.

Objetivo: Acolher as famílias dos alunos; construir um espaço de escuta, empatia e alteridade; fortalecer os laços entre família e escola

- **Oficina de criação de materiais:** ofertada aos familiares dos alunos matriculados no CEMAEE. Ao pensar na criação dessa proposta objetivamos aumentar o engajamento entre familiares e professores do CEMAEE. Para que as atividades pedagógicas aconteçam, muitos materiais e jogos pedagógicos precisarão ser produzidos de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Sendo assim, a família terá um papel importantíssimo nesse processo e ajudará na construção desses materiais por meio da orientação e acompanhamento da equipe multiprofissional.

Objetivo: construir materiais pedagógicos para utilização dos alunos durante as atividades realizadas no CEMAEE; ofertar um espaço de acolhida, escuta e interação com os familiares dos alunos matriculados.

Ressaltamos que parte das propostas ainda estão sendo planejadas, visto o recente início de inauguração do espaço, considerando a necessidade de serem colados em prática conforme a demanda e estrutura do espaço. Assim, ainda estamos organizando e estruturando o PIT - plano de transição, a

oficina de linguagem e a oficina de criação de materiais, que envolve de obras, licitação de equipamentos, matérias e contratação/remanejamento de novos profissionais.

4.4 . AVALIAÇÃO DO AEE NO CEMAEE

A avaliação do desenvolvimento dos alunos nas atividades do AEE acontece mediante avaliação semestral do plano traçado para eles, devendo ser realizada em interface com os professores das escolas de ensino comum. Tal avaliação é pautada, também, nos inventários de habilidades que fazem parte do Plano de Ensino Individualizado, servindo como ponto de partida para as ações planejadas e realizadas pela escola de ensino comum junto aos alunos com deficiência.

Ao final de cada ano letivo, todos os alunos matriculados no Centro devem passar por novas avaliações pautadas nos protocolos adotados pela equipe multiprofissional, visando verificar se os mesmos ainda se enquadram nos critérios de seleção para a realização do AEE nesse espaço de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES

As políticas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e na construção de um ambiente educacional acessível para estudantes com necessidades educacionais especiais. Garantir a acessibilidade na Educação Especial é imprescindível para assegurar que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, permitindo-lhes desenvolver todo o seu potencial. Para isso, é necessário implementar políticas e práticas inclusivas, além de promover o envolvimento de toda a comunidade escolar na criação de um ambiente acolhedor e acessível.

A criação de um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CEMAEE) demonstra o compromisso da sociedade em assegurar direitos e oportunidades iguais a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. Essa iniciativa é uma maneira de enfrentar a exclusão, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade.

O CEMAEE tem um papel fundamental no processo de inclusão educacional, oferecendo suporte para o desenvolvimento de habilidades e atendendo às necessidades específicas dos alunos atendidos. Vale destacar que o CEMAEE complementa, mas não substitui, a escola regular, fornecendo apoio às instituições inclusivas. Seu principal objetivo é garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham acesso a uma educação de qualidade, de acordo com os princípios de igualdade e inclusão.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. CNE. CEB.** (2001). *Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília.
- BRASIL.** (2007). *Portaria Normativa Nº- 13, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”.
- BRASIL.** (2010). *Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 9/2010*. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado.
- BRASIL.** (2008). *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.
- BRASIL.** (2011). *Decreto nº 7.611/2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- BRASIL.** (2009). *Resolução CEB/CNE nº 4 de 02/10/2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- BRASIL.** (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- BRASIL.** (2012). *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- BRASIL. Ministério da Educação.** (2007). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP.
- BRASIL.** (2008). *Documento nº 555/2007, de 7 de janeiro de 2008*. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: Acesso em: 23 de fev. 2020.
- BRASIL.** (2015). *Lei n. 13.146, de 6 de junho de 2015*. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei%20L%2013146.htm>.
- CAST UDL.** (2006). *Learn About Universal Design for Learning (UDL)*. Disponível em: <http://bookbuilder.cast.org/learn.php>. Acesso em: 11/05/2021.
- MAZZOTA, M. J. S.** (1996). *Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas*. São Paulo: Ed.: Cortez.
- MEYER, A.; ROSE, D.; GORDON, D.** (2014). *Universal Design for Learning*. Wakefield. Disponível em: <http://udltheorypractice.cast.org/login>. Acesso em 11/05/2021.
- SUPLINO, M.** (2005). *Currículo Funcional Natural. Guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental*. Brasília.